



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Aliança contra a fome e a pobreza

O governo federal apresentou nesta semana um conjunto de documentos que vão orientar a construção da “Aliança global contra a fome e a pobreza”. O combate à fome é uma proposta defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já no início de seu governo, quando cobrou compromisso de todos para que o Brasil superasse esse desafio até o fim de 2026.

G20 no Rio em novembro

O Embaixador Mauricio Carvalho Lyrio (foto), secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, Sherpa do Brasil para o G20, em encontro que será realizado em novembro, no Rio de Janeiro, afirmou que o Brasil, que este ano preside o G20, “busca construir o objetivo da aliança global contra a fome e a pobreza”.



AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Maiores economias do mundo

Mauricio Carvalho Lyrio lembra que “é um objetivo que o País já traçou desde o início. A gente começou a presidência do G20, que reúne as maiores economias do mundo, e este ano é a vez do Brasil na presidência, e, desde o início, o objetivo é a redução da pobreza, da fome e da desigualdade; são as prioridades maiores do Brasil no G20”.

Grandes fortunas

Questionado sobre a taxação de grandes fortunas, em entrevista à CBN, o embaixador afirmou que “é uma outra proposta que foi apresentada pelo ministro Fernando Haddad (PT) e será objeto de uma reunião quinta e sexta-feira, em encontro de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais, no Rio de Janeiro”.

Arrecadação adicional

O embaixador Mauricio Carvalho Lyrio destacou que “há um estudo de um economista francês, Gabriel Zucman, que foi apresentado no G20 do Brasil, na reunião de São Paulo, que mostra que seria possível ter de US\$ 200 bilhões a US\$ 300 bilhões adicionais de arrecadação internacional, se os super-ricos fossem taxados minimamente, ou seja, uma taxa mínima de 2%”.

Relação fome, pobreza e clima

Na opinião do embaixador do Brasil no G20, “a relação entre a fome, a pobreza e a mudança do clima é evidente hoje”. Os maiores afetados pela mudança do clima, segundo Mauricio Carvalho Lyrio, “são as populações mais pobres, em países que são mais vulneráveis justamente às mudanças do clima”.

Busca conjunta

De acordo com o embaixador, “na verdade, as questões estão casadas. Com relação à busca de recursos para esses dois flagelos, é uma busca conjunta, porque os recursos que hoje se destinam à mudança do clima devem se voltar prioritariamente para o combate à pobreza”.

Gravataí poderá ter segundo turno na eleição de 2028

Município seria o sexto no Estado a alcançar 200 mil eleitores

/ ELEIÇÕES 2024

Bolívar Cavalari
politica@jornaldocomercio.com.br

Cinco municípios gaúchos têm a possibilidade de ter segundo turno nas eleições municipais de 2024. Com mais de 200 mil eleitores cadastrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os residentes de Porto Alegre (1.096.620), Caxias do Sul (347.184), Canoas (259.585), Pelotas (248.631) e Santa Maria (209.393) podem ter de ir novamente às urnas no dia 27 de outubro para escolher seus representantes a prefeito e vice, em caso de nenhum dos candidatos alcançar o mínimo de 50% mais 1 dos votos no primeiro turno, marcado para 6 de outubro.

O número de municípios do Rio Grande do Sul com o mí-

mo de 200 mil eleitores para ter segundo turno é o mesmo desde o pleito de 2016, quando Santa Maria ultrapassou a marca. Para as próximas eleições municipais, em 2028, é possível que Gravataí se torne o sexto.

O município da Região Metropolitana de Porto Alegre chegou a 193.867 eleitores em 2024. O crescimento do eleitorado de Gravataí foi de 4,6% se comparado com o pleito passado, de 2020, quando haviam 185.345 pessoas aptas a votar. Assim, se manter esta média, o município ultrapassaria a marca de 200 mil eleitores nas próximas eleições, chegando a cerca de 202,7 mil.

Além de Gravataí, os municípios que mais se aproximam da marca são Novo Hamburgo (179.306), São Leopoldo (167.061), Viamão (165.504) e Passo Fundo (150.866).

Maiores colégios eleitorais do RS

Municípios com mais de 200 mil eleitores:

Porto Alegre - 1.096.620 eleitores

Caxias do Sul - 347.184 eleitores

Canoas - 259.585 eleitores

Pelotas - 248.631 eleitores

Santa Maria - 209.393 eleitores

Municípios que se aproximam dos 200 mil eleitores:

Gravataí - 193.867 eleitores

Novo Hamburgo - 179.306 eleitores

São Leopoldo - 167.061 eleitores

Viamão - 165.504 eleitores

Passo Fundo - 150.866 eleitores

Atingidos precisam de ajuda da União, diz vice-prefeito

/ RECONSTRUÇÃO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Nenhuma cidade gaúcha vai sair sozinha do impacto das enchentes de maio. Os municípios afetados não têm condições econômicas de sozinhos de bancar uma reconstrução. As cidades vão precisar da ajuda do governo federal. A avaliação foi feita pelo vice-prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes, ontem, em palestra no Menu POA da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), no Palácio do Comércio. “As cidades teriam condições de se reconstruir caso não tivessem que repassar os recursos arrecadados ao governo do Estado e a União”, avalia. O evento, que discutiu “Estratégias para o avanço da reconstrução de Porto Alegre”, contou com a presença do secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm.

Segundo Gomes, a Capital teve 1.081 quilômetros de vias urbanas que ficaram submersas durante as enchentes de maio. “Somente na limpeza e no abrigo de pessoas o município comprometeu cerca de R\$ 377 milhões que são considerados custos extras pela prefeitura.”



Ricardo Gomes palestrou a empresários em reunião-almoço da ACPA

O vice-prefeito disse ainda que há R\$ 603 milhões projetados como perda de arrecadação. “O município vai gastar R\$ 377 milhões e vai arrecadar R\$ 603 milhões a menos. Tudo isso resulta num descaixe de quase R\$ 1 bilhão nas contas públicas”, lamenta.

Conforme o vice-prefeito, os R\$ 12,3 bilhões pedidos ao governo federal seriam utilizados para a reconstrução dos equipamentos públicos de infraestrutura (cerca de R\$ 784 milhões), habitação (R\$ 5,5 bilhões) e recuperação dos sistemas de abastecimento de água, esgoto e manejo das águas pluviais (R\$ 383 milhões). Além dis-

so, o município solicitou R\$ 400 milhões para a reconstrução dos diques de proteção e R\$ 600 milhões para a perda de arrecadação. Para a expansão da estrutura de macrodrenagem de Porto Alegre foram calculados o valor de R\$ 4,7 bilhões. “Até agora, não chegamos a receber 1% deste valor do governo federal”, explica.

Para Bremm, a recuperação de Porto Alegre passa por obras públicas, por obras de infraestrutura e pela reconstrução dos serviços que foram afetados. Segundo Gomes, a reconstrução da cidade passa primordialmente pela recuperação econômica das empresas.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade